

A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO E O PAPEL DO PEDAGOGO NA GESTÃO DA ESCOLA EM TEMPOS DE COVID-19: NOTAS PRELIMINARES DE PESQUISA

THE ORGANIZATION OF PEDAGOGICAL WORK AND THE ROLE OF THE PEDAGOGUE IN SCHOOL MANAGEMENT IN THE COVID-19 TIMES: PRELIMINARY RESEARCH NOTES

Cristina Cardoso¹
Mariah Clara Guimarães Freitas²
Paloma Luci Tiliake³

Resumo

O texto apresenta os resultados preliminares de uma pesquisa em desenvolvimento sobre gestão escolar, realizada e coordenada por duas universidades do litoral paranaense, tendo como instrumentos as entrevistas com duas pedagogas de escola pública, elaboradas por meio de questionário semiestruturado. Procurou-se analisar os limites encontrados na organização do trabalho pedagógico durante o período pandêmico, à luz do referencial teórico. Tanto as entrevistas como as análises utilizaram-se de elementos de pesquisa qualitativa. Percebeu-se que as desigualdades existentes nas escolas com o trabalho remoto, durante a pandemia, aprofundaram e agravaram as desigualdades sociais e escolares, fato que resultou em responsabilização e sobrecarga para professores e gestores das instituições de ensino durante esse período. Foi possível perceber que para retomada dos conteúdos serão necessários investimentos e políticas públicas consistentes nesta direção.

Palavras-chave: Sobrecarga de trabalho; Desigualdades sociais e escolares; Políticas públicas consistentes.

Artigo Original: Recebido em 30/07/2022 – Aprovado em 12/09/2022 – Publicado em 20/12/2022

¹ Graduação em Pedagogia, Mestrado e Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Paraná. Estudou em Limoges-França durante o doutorado, estágio de pós doutorado na Universidade Federal do Paraná. Professora colaboradora, curso de Pedagogia, União da Vitória/PR, Brasil. *e-mail:* cardosocristina2015@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0563-1413> (*autora correspondente*)

² Estudante da Universidade Estadual do Paraná - Campus Paranaguá, licenciatura em Pedagogia e participante do grupo de pesquisa Grupo de Pesquisa em Educação Universidade e Escola (GPEUE/UFPR-Litoral), Universidade Estadual do Paraná, Paranaguá/PR, Brasil. *e-mail:* guimaraesmariah1@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7493-4242>

³ Estudante da Universidade Estadual do Paraná - Campus Paranaguá, licenciatura em Pedagogia e participante do grupo de pesquisa Grupo de Pesquisa em Educação Universidade e Escola (GPEUE/UFPR-Litoral), Universidade Estadual do Paraná, Paranaguá/PR, Brasil. *e-mail:* tiliakepaloma@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7103-6690>

Abstract

The text presents the preliminary results of an ongoing research project on school management, carried out and coordinated by two universities on the coast of Paraná, based on interviews with two public school pedagogues, prepared through a semi-structured questionnaire. We sought to analyze the limits found in the organization of pedagogical work during the pandemic period. It was noticed that the existing inequalities in schools with remote work, during the pandemic, deepened and aggravated social and school inequalities, a fact that resulted in accountability and overload for teachers and managers of educational institutions during this period. It was possible to perceive that for the resumption of the contents, investments and consistent public policies will be necessary in this direction.

Keywords: Work overload; Social and school inequalities; Consistent public policies.

1 Introdução

Este trabalho inscreve-se como parte de uma pesquisa sobre gestão democrática na escola pública, desenvolvida pelo grupo de pesquisa de gestão da educação de duas universidades públicas do litoral do Paraná, tendo como objetivo trazer à luz alguns aspectos da organização do trabalho pedagógico nas escolas estaduais paranaenses ao longo do período da covid-19, a qual teve fase mais crítica nos anos de 2020 e 2021. Essa pandemia levou até maio de 2022 aproximadamente 666 mil vidas no país, além das sequelas deixadas em quem sobreviveu, sejam físicas ou psicológicas, ainda sem dados objetivos para análise. Utilizou-se elementos da pesquisa qualitativa para o desenvolvimento da presente investigação, posto que ainda se encontra em andamento.

Ao mesmo tempo é um desafio e uma necessidade analisar uma catástrofe sanitária como essa, ainda sem o espaço histórico necessário à pesquisa. Por outro lado, é urgente identificar e analisar, ainda que com limites, a concretude e as consequências deixadas nesse período no que tange a organização do trabalho pedagógico. Portanto, faz-se necessário pensar a gestão do trabalho pedagógico durante a pandemia sob duas perspectivas: a primeira é registrar que esse período chegou em um momento em que o Brasil permanece com uma imensa dívida social e das mais injustas divisões de riquezas do mundo. Apesar dos governos do PT (Partido dos Trabalhadores) em 2003 a 2016 implantarem políticas que tiraram milhões de brasileiros e brasileiras da miséria, o Brasil segue desigual, bem como a América Latina. (OLIVEIRA; PEREIRA JUNIOR, 2021, p. 721). Após o golpe de 2016, o novo governo assume e desde então os avanços ocorridos, ainda que insuficientes, retrocederam e aprofundaram as desigualdades. A segunda perspectiva é compreender, ainda que de forma insuficiente o impacto de tudo isto na escola.

Ao pesquisar e pensar a escola, sobretudo ao ouvir os profissionais que nela trabalham

é necessário refletir que,

Quando alunos e professores iniciam uma aula qualquer em alguma escola pública, as condições do que se pode ensinar e aprender estão definidas pela interferência de um conjunto de instâncias que estão muito além do que se pode alcançar ao olhar o cotidiano escolar. Por isso, a intenção ao desenvolver essa pesquisa é lançar esse olhar que vai para além da escola e ao mesmo tempo não se afasta dela; é desvelar o que existe por trás dessas proposições e, a partir disso, entender o que de fato significa esse ‘desabafo’. (TAVARES, 2004. p. 1).

Ao analisar a organização do trabalho pedagógico pretende-se relacionar o contexto histórico e social com o fazer pedagógico na escola, já que no entendimento deste trabalho esta análise é impossível ser feita de forma isolada.

Neste primeiro momento da pesquisa, optou-se por analisar o contexto com base na percepção de duas pedagogas da rede estadual do Paraná. A escolha dessas profissionais da educação deu-se em função de as instituições de ensino, na qual trabalhavam, podem ser caracterizadas como de realidades distantes, já que se considerou os indicadores do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) e o contexto territorial de ambas. Ainda que eles não possam ser utilizados como determinantes ao sucesso ou fracasso para o rendimento dos alunos são, nos limites deste escrito, condicionantes e indicadores a serem desvelados.

Nesta direção, o que se pretende é apresentar os elementos encontrados até o momento na pesquisa em desenvolvimento e algumas características e trajetórias das entrevistadas, mantendo seu anonimato conforme regras éticas próprias do estudo. Em seguida, pretende-se descrever o contexto em cada instituição e, posteriormente, os elementos mais significativos expostos nas entrevistas.

Não se pretende esgotar todas as análises possíveis com base nas entrevistas e no contexto, mas como já explicitado expor as primeiras análises concebíveis, efetuadas ainda no calor dos acontecimentos que assim como todo o escrito está à espera de ser superado, já que a superação significa o avanço na ciência e a incorporação dos conhecimentos acumulados pela Humanidade (SAVIANI, 2012) para que assim se possa progredir. Nada se cria se não a partir do que a humanidade já criou ao longo das gerações anteriores (MARX; ENGELS, 2002).

2 Desenvolvimento

O desenvolvimento deste texto tem como parte empírica as entrevistas realizadas com duas pedagogas de escolas públicas de Curitiba. A primeira entrevistada trabalha em escola localizada em um bairro que pertence à chamada Regional Cajurú, a qual apresenta, segundo o Atlas de Desenvolvimento das Regiões Metropolitanas Brasileiras, IDH considerado alto 0,806. Essa Regional é composta pelos bairros Cajuru, Jardim das Américas, Capão da Imbuia, Uberaba e Guabirotuba.

Todavia a maioria dos alunos que estuda na instituição de ensino, na qual a profissional da educação está lotada, reside em espaços segregados em comunidades próximas que se organizaram por meio de ocupações, em áreas de risco, e se constituem de construções improvisadas, próprias de crescimento desordenado. Ainda que na localidade já tenha existido projeto de realocação de moradias, o aumento da população segue ampliando em áreas de ocupação¹, com construções próprias de regiões que crescem sem planejamento urbano, diferentes de localidades bem posicionadas da perspectiva do mercado imobiliário. O Ideb dessa escola é de 4,1. De acordo com informações, a renda das famílias consta de zero a três salários mínimos. Essa localidade tem as características da maioria das comunidades, como a violência, fome, as drogas, o desemprego. Esses condicionantes, que estão presentes em todo país, se aprofundam nesse espaço. Como já era de se esperar, em tempos de pandemia, as condições pioraram significativamente.

A primeira entrevistada é formada em pedagogia, atua na escola mencionada há 15 anos e mora na mesma comunidade em que os alunos residem. Estudou em faculdade pública e pós-graduou-se, foi possível perceber seu compromisso político-pedagógico com a comunidade e a escola no sentido da formação integral, ou seja, para além dos princípios mercadológicos (DARDOT; LAVAL, 2016).

A segunda entrevistada é pedagoga de uma escola central, os alunos pertencem a diferentes localidades, cujas famílias possuem uma imensa variedade de faixa salarial. O Ideb desta instituição de ensino em 2021 foi de 7,4. Todavia, ainda que existam famílias de estudantes com baixa renda, a condição de pagar o transporte e a alimentação indica uma distinção se comparados com os da primeira escola. Além disso, ela tem um sistema seletivo para o ingresso dos alunos, que também se põem como privilegiados. Esse estabelecimento de ensino pertence à Regional Central, composta pelo bairros Ahú, Cristo Rei, Alto da Glória , Hugo Lange, Alto da XV, Jardim Botânico, Batel, Jardim Social, Bigorrilho, Juvevê, Bom

Retiro, Mercês, Cabral, Prado Velho, Centro, Rebouças, Centro Cívico e São Francisco, e o IDH da região é de 0,928.

A segunda entrevistada faz doutorado e sua formação se deu em instituição pública. Ocupou cargos políticos em gestões governamentais e, como a primeira pedagoga já mencionada, apresenta em sua trajetória claras evidências de compromisso político-pedagógico com a escola pública de qualidade.

A opção entre entrevista e análise dessas realidades, que representam extremos, foi pensar as possibilidades de estudo em ambas, que à primeira vista parecem tão distintas, e dessa forma identificar similaridades e diferenças. A tomada da territorialidade como elemento de recorte de pesquisa é,

[...] porque ordem educacional local dispersa e contraditória não é capaz de se constituir, como uma forma atual, como um novo paradigma político com base em uma ordem verdadeiramente democrática e de igualdade social. O espaço local não é um efeito, não tem em si um corpo de doutrina política capaz de unificar. Longe dos pressupostos políticos que consideram o lugar de consenso, é contrário é uma controversa expressão das novas lutas sociais e educacionais. (AYED, 2009. p. 158).

Utilizou-se o termo “parece”, porque ainda que as condições e/ou a falta delas não sejam idênticas, são próximas. A desigualdade reside no aprofundamento dessas diferenças.

As entrevistas foram realizadas por meio de um roteiro semiestruturado, concretizado por chamada de vídeo, em horários fora das atividades da escola. O que se pretendeu mapear nos diálogos foi a condição do trabalho das pedagogas como gestoras da organização das tarefas pedagógicas ao longo do trabalho remoto, híbrido e no retorno às aulas presenciais. As questões envolviam internet e tecnologia; saúde e condições de trabalho.

Antes de analisar as questões propostas, optou-se por realizar a contagem das palavras nas duas entrevistas, que foi feita pelo site data Basic.io, mais precisamente em uma de suas ferramentas, o Word Counter, o qual apresentou os termos mais utilizados. Com eles, construiu- se a nuvem de palavras a seguir, elaborada pelo aplicativo *WordCloud*.

Os termos repetidos como alunos, maneira afetiva e distância demonstram que a preocupação principal das entrevistadas era com a dimensão subjetiva desses, da mesma forma em que aparecem as palavras depressão e ansiedade. Talvez possam ser um indicativo das primeiras percepções das entrevistadas sobre os efeitos da pandemia.

FIGURA 1– NUVM DE PALAVRAS CONSTRUÍDA COM BASE NA SISTEMATIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS REALIZADAS



FONTE: As Autoras (2022).

Ao longo das entrevistas, apareceram especificidades próprias de cada comunidade e os mesmos problemas, sendo que os principais apontados pelas entrevistadas serão objetos de análises, com as quais se pretende garantir a objetividade dos estudos. São eles: acesso à internet e à tecnologia; limites impostos pela mantenedora, os quais perpassarão por todas as dimensões analisadas; saúde e sofrimento psíquico; envolvimento das famílias; sobrecarga de trabalho.

Embora não seja produtivo descolar os assuntos elencados por uma questão de organização, a análise aqui realizada será iniciada com base no uso da internet e das tecnologias nos dois contextos.

As duas profissionais destacaram como a administração foi rápida e eficiente na organização dos instrumentos para as aulas remotas como *classroom*, além de outras ferramentas, a diferença entre a realidade da primeira e da segunda era a qualidade do acesso. A escola da Regional Cajuru teve que permanecer aberta à população mesmo no auge dos casos de contágio, porque grande parte dos alunos não tinha acesso à internet e ao computador, e as famílias que possuíam aparelho celular usavam dados pré-pagos, sempre insuficientes para que os alunos acompanhassem as atividades.

Os alunos que permaneceram acompanhando as atividades se dirigiam à escola para utilizar os computadores e a internet, ambos de baixa qualidade e manutenção sempre insuficiente. Assim como o fetiche da mercadoria, o fetiche da tecnologia é também a cristalização de uma relação entre fabricantes e consumidores, o objeto de desejo tecnológico, do mesmo modo, é “o que se mascara na percepção fetichista da tecnologia é seu caráter relacional, justamente porque ela aparece como uma instância não social de pura racionalidade técnica.” (FEENBERG, 1999, p. 25).

Nas duas entrevistas, ficou evidente que a tecnologia empregada e utilizada pela mantenedora além do seu necessário uso aplicado ao cotidiano foi uma forma de controle social, mas não se trata apenas de determinismo tecnológico. Cabe ressaltar que “As decisões e escolhas tecnológicas não são guiadas por critérios técnicos, mas incorporam os valores do capitalismo e fortalecem a acumulação do capital.” (NOVAES; DAGNINO, 2004, p. 207).

Ainda sobre a tecnologia como instrumento de controle do trabalhador, a segunda entrevistada apontou o programa Presente Paraná, no qual era preciso colocar, além da frequência dos alunos, gravações das aulas dos professores. Para a pedagoga foi mais uma forma para fins de monitoramento e controle, além de promover uma espécie de ranquimento entre as escolas, bem ao modelo empresarial competitivo que tem como objetivo o lucro. Vale lembrar que os propósitos de gerentes são diferentes daqueles que são educadores. (ROUPÉ; TANGUY, 1997).

Na contramão dessa conjuntura estrutural, pode-se perceber equipe pedagógica e diretiva executando tarefas alheias a sua função para manter os alunos vinculados à escola durante a pandemia. Como exemplo pode-se apontar que os materiais utilizados pelas profissionais (aparelho telefônico, internet, computador, etc.) eram os de uso pessoal para a busca dos alunos que não faziam contato com o estabelecimento de ensino, colocando a saúde dessas profissionais da educação e de suas famílias em risco de contágio, como a pedagoga do bairro periférico, que ia presencialmente à casa dos alunos no período mais crítico da pandemia.

A dedicação dos professores e gestores ao tomarem para si tarefas e trabalhos além da sua função, movidos em muitos casos pela ideologia do “dom” e da “missão”, sempre existiu e foi explorada desta forma (CHAUÍ, 2008). Todavia, esse quadro se aprofundou no período em questão.

As pedagogas entrevistadas demonstraram a preocupação tanto da mantenedora como dos diretores em voltar à normalidade e como se traduziu em maior pressão sobre a equipe

pedagógica. O relato das entrevistas corrobora a análise feita por Oliveira e Pereira (2021, p. 733). Os autores apontam a preocupação dos dirigentes em cumprir o programa curricular por também sofrerem a pressão do modo de regulação que é dependente do Ideb.

Com relação à saúde, as entrevistadas salientaram duas questões: o adoecimento de alunos e profissionais da escola e a atuação das unidades de saúde dos bairros, mais marcante naquele de maior vulnerabilidade. A atuação dos profissionais da saúde tem sido bastante destacada, tanto em meios de comunicação genéricos como acadêmicos. Embora o SUS (Sistema Único de Saúde) esteja distante do atendimento ideal, sem ele a tragédia nos seria imposta de maneira ainda mais avassaladora. O desmonte das políticas de saúde são também uma das causas do atendimento precário que se mantém, assim como na educação, pela ação dos funcionários públicos de carreira (PEREIRA, 2019).

A questão da saúde vai além do bem-estar físico, devendo-se também analisar as doenças psicológicas, que em ambas as entrevistas foram sinalizadas como uma crescente ao resultado do período pandêmico, mas também de situações vivenciadas, as quais se interligavam a consequências sociais e econômicas. As doenças mais detectadas, ainda segundo as entrevistadas, foram depressão e ansiedade, tanto em alunos, professores e familiares. Elas foram um dos motivos da evasão escolar no retorno das aulas presenciais.

Segundo a pedagoga da Regional Cajuru pouco mais de 50% dos alunos não voltaram à escola após o retorno das aulas presenciais. Porém, algo a salientar foi que ao ser questionada sobre os motivos do aparecimento dessas enfermidades respondeu sem pestanejar: a miséria – elemento crucial para esta análise, nunca é demais repetir ainda em andamento. Segundo a trabalhadora da educação, a situação com relação à higiene era complicada mesmo antes da pandemia,

[...] os alunos que não tinham possibilidade de ter seus direitos básicos respeitados como uma alimentação decente e higiene básica. Entre as histórias dos alunos que eu poderia contar, existem aquelas e aqueles que aprenderam a tomar banho somente na escola, famílias de alunos que iam na porta da escola ou até da minha casa pedir algo para poderem se alimentar. (Pedagoga Regional Cajuru. Entrevista I. [5 mar. 2022]. Entrevistadoras: As autoras. Via remota Google Meeting, 2022. Sem gravação.)

De acordo com o relatório da Cepal (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) de 2020 – Panorama Social da América Latina –, a pobreza e a extrema pobreza nesse ano alcançaram os maiores patamares dos últimos 12 e 20 anos (CEPAL, 2021). Outros pontos abordados pelas entrevistadas também aparecem no relatório da Comissão, como os níveis de desemprego, necessidade de proteção social.

As pedagogas entrevistadas ressaltaram que as escolas realizaram muitas coisas ao longo da pandemia, mas não conseguiram ensinar. Não só por falta de condições objetivas, como afirmou a segunda entrevistada, porque sem a mediação presencial dos professores, muitos alunos não tinham alguém próximo para auxiliá-los com as atividades quando conseguiam lhes ter acesso, além disso esta condição que o período pandêmico tornou mais evidente os problemas já existentes na escola.

A precariedade das aulas remotas pode em alguma medida demonstrar a falta de condições que os professores encontraram, de materiais, estrutura de organização, formação de qualidade social inicial e continuada, além de outros como carga horária elevada para que pudessem garantir seu sustento com o mínimo de dignidade. O período de ensino remoto aprofundou todas as desigualdades e condições desumanas de trabalho, inclusive a dos próprios professores, pedagogos, diretores, trabalhadores da educação.

Uma consideração importante neste contexto é que o magistério é uma profissão predominantemente feminina, ou seja, se anteriormente a mulher professora/pedagoga acumulava o terceiro ou quarto turno de trabalho com os afazeres domésticos e cuidados com a família, agora se juntam as tarefas domésticas, maternais, muitas vezes de cuidados com os doentes da família e ainda a adaptação ao ensino remoto do trabalho de professora/pedagoga/diretora e, que sem espaços institucionais, os quais delimitem a apresentação de diferentes demandas, promove sobrecarga de trabalho e acirramento das desigualdades já existentes, acabando por desestabilizar o cotidiano (BRUEL; CARDOSO, 2021).

Na ocasião das entrevistas, as escolas já estavam trabalhando de forma presencial, e as pedagogas até esse momento haviam percebido algumas questões que merecem ser destacadas: dificuldades do ensino híbrido, as implicações psicológicas e psiquiátricas de alunos e trabalhadores da escola; além das necessidades cotidianas desta.

As entrevistadas chamaram atenção para o fato de que não houve, por parte da mantenedora, uma organização para o retorno presencial e que, assim como na época do ensino remoto, as coisas acontecem sem planejamento e organização e com a responsabilização de gestores, pedagogos e professores. Oliveira (2020) confirma a percepção das entrevistadas, ela afirma que “o que se assiste é a quase uma compulsão por discutir o retorno às aulas presenciais”.

O ensino híbrido, segundo a pedagoga da escola localizada na Regional Central, foi mais difícil já que várias dificuldades foram encontradas junto à comunidade escolar: alunos sem

dinheiro para voltar às aulas, surtos de covid-19 entre eles a pressa por parte da mantenedora para o retorno completo.

Além disso, na escola situada na Regional do Cajuru, por conta de uma troca de gestão, durante esse período a instituição perdeu a possibilidade da distribuição de kits de alimentação para alunos que não possuíam comorbidade, recurso utilizado para minorar as mais variadas dificuldades dos estudantes. Enquanto respondia às questões, a entrevistada apresentou diferentes formas de definir ou caracterizar o estabelecimento de ensino. Dentre elas, um lugar de proteção contra problemas das mais diferentes esferas, encontrados nas vidas dos alunos. Ainda que no país apenas que “46,7% das escolas têm acesso a saneamento básico, o que envolve a distribuição de água potável, coleta e tratamento de esgoto, drenagem urbana e coleta de resíduos sólidos” (OLIVEIRA, 2020, p. 5), e este não é o único problema, mesmo assim as escolas deste país ainda são lugares onde as crianças se sentem protegidas.

Tendo isso em mente, a escola precisou mais uma vez se reestruturar para que pudesse atender os alunos no retorno às aulas presenciais, pois já não bastasse as vidas perdidas, agora retornavam doentes, com sequelas e ainda mais empobrecidos. Aqueles que não puderam regressar ao ensino híbrido, no final do ano 2021, os pais ou responsáveis eram solicitados insistenteamente pelos(as) professores(as) a marcarem consulta médica e pedirem atestado médico para comprovar o estado de saúde, a fim de que os alunos pudessem receber *kits* de tarefas para realizarem em casa, tentando de qualquer forma medidas, ainda que paliativas, para evitar ausência e/ou evasão escolar. Porém, segundo as entrevistadas, quando voltaram após dois anos, se pôde perceber que os estudantes não eram mais os mesmos.

As entrevistadas colocaram-se de forma bastante colaborativa com a pesquisa, e foi possível lhes perceber o cansaço. Elas registraram as impossibilidades de a escola assumir a sua especificidade, que ambas entendem como agência social que democratiza os conhecimentos científicos historicamente acumulados pela humanidade, sistematizados em saber escolar, e que por isso contribui para formação humana integral. Se as formas de gestar as políticas para educação antes da pandemia insistiam em secundarizar essa especificidade, durante esse período, a urgência das profissionais era com o bem-estar dos alunos, a fome e a saúde, pois sabiam que a vida precisa ser preservada, e a fome é urgente, além de terem consciência de que para o momento pandêmico o maior aprendizado era que todos(as) cuidassem uns dos outros e os alunos e suas famílias permanecessem vinculados à escola, afinal isso também é formação humana.

Quanto à aprendizagem é interessante lembrar o que declarou Daniel Cara em entrevista ao *Canal 247*. Segundo ele,

[...] o problema não é apenas educacional, mas socioeconômico [...]. A recuperação educacional passa pela redistribuição de renda”, afirmou também que, “As pessoas estão passando fome. Uma refeição nas escolas não adianta o problema da fome. A família toda está passando fome. A recuperação dos conteúdos perdidos é possível reverter desde que exista vontade política e investimento sério. (CARA, 2022. Entrevista).

Reverter o quadro descrito pelo autor, passa por um projeto de sociedade pautado na justiça social, na solidariedade, em prioridade humanitárias e não prioritariamente nos interesses financeiros, individualistas e, por óbvio, excludentes. Todavia vale ressaltar que até para o grande capital uma escola de certa qualidade é interessante, na medida em que isto possa se constituir em mão de obra qualificada.

4 Considerações preliminares

A pesquisa realizada, ainda que em fase de desenvolvimento, demonstrou que os problemas enfrentados pelas escolas públicas antes da pandemia permaneceram ao longo do período com o agravante do seu aprofundamento. Elas já enfrentavam condições de trabalhos precárias; falta de materiais, inclusive didáticos, formação pedagógica, TICs (Tecnologias de Informação e Comunicação), além da remuneração aviltante dos profissionais da educação. Não é possível fazer educação sem uma política pública que considere a escola no seu contexto social e político, e por isso pode-se afirmar com Oliveira (2020.p. 7), que isto só é possível com decisões coletivas, troca de experiências entre diferentes contextos, neste caso, estados, municípios, escolas. Considera-se indispensável a ampla participação da comunidade escolar. Na época o anseio pelo retorno as aulas resultaram em soluções inócuas que poderiam ter sido substituídas por discussões e ações para a melhora de condições do trabalho remoto com a preocupação com a saúde mental de professores e alunos que hoje estão presentes nas aulas presenciais.

Vale ressaltar que melhorar a condição do trabalho remoto não consiste apenas em materiais e aparelhos, embora estes seja indispensáveis desde que tenham qualidade minimamente aceitável, trata-se do contexto que envolve a organização do trabalho pedagógico escolar, diferente da perspectiva empresarial, embora muitos secretários, burocratas e infelizmente alguns diretores não vejam desta forma e sigam reproduzindo a lógica gerencial

para a educação escolar. No entanto, existem aqueles que seguem acreditando na possibilidade de uma escola pública democrática e de qualidade social.

Esta percepção que, em boa medida, representa parte da narrativa das entrevistadas deixa claro o compromisso da escola com os alunos e de que como pedagogos e professores abriram suas casas, usaram seus materiais e fizeram o possível para que eles permanecessem vinculados à escola. Enquanto a preocupação dessas profissionais era com a saúde, o afeto, vínculo, cuidado com os estudantes e as famílias e com o aprendizado possível de ser oferecido nas condições precárias que se colocavam, os “gerentes da educação” se mantinham preocupados com o controle do tempo de trabalho do professor e das pedagogas, que mais do que nunca foram cobradas no papel de “tarefeiras tecnológicas”, tecnologias que servem melhor a escolas em bairros centrais.

A pesquisa segue em andamento, mas as conclusões até o momento demonstram e corroboram o que já está registrado na primeira citação deste texto, as condições do que se pode ensinar e aprender, as condições da organização do trabalho pedagógico, são multideterminadas e extrapolam os limites físicos da escola e das salas de aula.

Referências

- AYED, C. B. **Le nouvel ordre éducatif local:** mixité, disparités, luttes locales. Paris: Press Universitaires de France, 2009.
- BRUEL, L.; CARDOSO, C. A pandemia e o aprofundamento das desigualdades no Curso de Pedagogia. In: **Educação e vida universitária sob a pandemia de covid-19.** Curitiba: CRV, 2021. p.97-116.
- CARA, D. A recuperação educacional passa pela redistribuição de renda. **TV 247**, jan. 2022. Entrevista. Disponível em: <<https://www.brasil247.com/economia/daniel-cara-a-recuperacao-educacional-passa-pela-redistribuicao-de-renda>>
- CHAUÍ, M. **O que é ideologia.** São Paulo: Brasiliense, 2008.
- COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE – CEPAL. Panorama Social da América Latina 2020, (LC/PUB.2021/3-P), Santiago, 2021. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/46687-panorama-social-america-latina-2020>>
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo:** ensaio sobre a sociedade neoliberal. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- FEENBERG, A. **A filosofia da tecnologia numa encruzilhada.** 1999. Tradução de: RAMOS-DE-OLIVEIRA, N. Disponível em <http://www-rohan.sdsu.edu/faculty/feenberg>. Acesso em: 4 mar. 2003.
- MARX, K.; ENGELS, S. F. **O manifesto do partido comunista.** Porto Alegre: LP&M, 2002.
- NOVAES, H. T.; DAGNINO, R. O fetiche da tecnologia. **Organizações e Democracia**, v. 5,

n. 2, p. 189-209, 2004.

OLIVEIRA, D. A. Condições de trabalho docente e a defesa da escola pública: fragilidades evidenciadas pela pandemia. **Revista USP**, São Paulo, n. 127, p. 27-40, 2020.

OLIVEIRA, D. A.; PEREIRA JUNIOR, E. A. Trabalho docente em tempos de pandemia: mais um retrato da desigualdade educacional brasileira. **Retratos da Escola**, v. 14, n. 30, p. 719-734, 2021.

PEREIRA, G. O. **Fundo público e a crise do capital: expropriação e flexibilização dos direitos dos servidores públicos**. 2019. 223f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

ROUPÉ, F; TANGUY, L. Saberes e competências: o uso de tais noções na escola e na empresa. São Paulo: Papirus, 1997.

SAVIANI, D. A pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

TAVARES, T. M. **Gestão pública do sistema de ensino no Paraná (1995-2002)**. São Paulo, 2004. 161f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

ⁱ Optou-se por utilizar o termo “ocupação”, pois os espaços encontram-se desocupados. A terminologia comumente utilizada pela grande mídia, “invasão”, na visão das autoras é inadequada, já que os moradores não “invadiram” espaços ocupados.